

O CORPO E A CENA

As visibilidades possíveis das narrativas dissidentes das ruas¹

THE BODY AND THE SCENE

The possible visibilities of dissident narratives of the street

Gabriel Silva Fernandes²,
Andressa Mueller³, Paulo Reyes⁴ e Daniele Caron⁵

Resumo

A partir de observações no cotidiano das cidades, este artigo reflete como as contra-narrativas da rua podem elaborar um conteúdo crítico sobre as próprias práticas epistêmicas do pensamento urbano e incentivar o conhecimento dos corpos urbanos estigmatizados. Para isto, elaborou-se uma narrativa sobre uma cena inusitada, a cama de um morador em situação de rua em frente a um registro de imóveis, analisando criticamente as imagens do percurso por uma abordagem dialética entre a experiência vivida e o pensamento urbanístico. Na problematização da cena, articulou-se o conceito de performance enquanto agir político do corpo através do se fazer visível e das narrativas dissidentes que surgem através dessa visibilidade. Por fim, acredita-se que ao inserir-se as metodologias narrativas na discussão do urbano, é possível abrir espaço para novos pensamentos, que superem os preconceitos e as hostilidade tradicionalmente instrumentalizados pelo planejamento urbano hegemônico.

Palavras-chave: cidade, narrativa, visibilidade, performance, corpo.

Abstract

Based on observations in the daily life of cities, this article reflects how the counter-narratives of the street can elaborate a critical content about the epistemic practices of urban thought and encourage the knowledge of stigmatized urban bodies. For this, a narrative was elaborated about an unusual scene, the bed of a homeless person in front of a property registry, critically analyzing the images of the route through a dialectical approach between the experience lived and the urban thinking. In the problematization of the scene, the concept of performance was articulated as a political act of the body through making itself visible and the dissident narratives that arise through this visibility. Finally, it is believed that by inserting narrative methodologies in the discussion of the

¹ Texto previamente apresentado no 25º Congresso de Arquitetura | ARQUISUR | Porto Alegre, Brasil. <https://www.sisgeenco.com.br/eventos/arquisur/2022/>

² Doutorando em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Mestre em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAUrb/UFPel). E-mail: arq.gabrielfer@gmail.com

³ Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS). Bolsista CAPES. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Feevale). E-mail: dessamueller@gmail.com

⁴ Pós-Doutor em Filosofia (Instituto de Filosofia da Nova IFILNOVA da Universidade Nova de Lisboa). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos e Universidade Autônoma de Barcelona). Mestre em Planejamento Urbano (UnB). Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UniRitter). Atualmente professor associado da Faculdade de Arquitetura e pesquisador no PROPUR da UFRGS. E-mail: paulo.reyes@ufrgs.br

⁵ Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnica de Cataluña). Mestre em Urbanismo (Universidad Politécnica de Cataluña). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS). Atualmente é professora associada da Faculdade de Arquitetura e pesquisadora no PROPUR da UFRGS, e representante do PROPUR na Rede de Doutorados em Arquitetura e Urbanismo de Universidades Públicas Sul-Americanas. E-mail: daniele.caron@ufrgs.br

urban, it is possible to make space for new thoughts, which overcome the prejudices and hostility traditionally instrumentalized by hegemonic urban planning.

Keywords: city, narrative, visibility, performance, body.

Introdução

A chamada da vigésima quinta edição da Revista Pixo nos traz uma provocação a olhar a cidade por um outro viés, a fim de “explorar escritas táticas e corporificadas sobre arquitetura e cidade – uma topoanálise da alteridade e da intimidade mnemônica, intensificadas pelas experiências espaciais em primeira pessoa (elevada à enésima potência)”. Aceitamos esse desafio e neste artigo postulamos olhar o direito ao habitar a partir de uma cena corriqueira nas cidades contemporâneas: um morador em situação de rua. Mas neste caso, há uma particularidade que nos provocou a reflexão: o morador em situação de rua tem sua presença na frente de um cartório de registro de imóveis junto a uma fila de cidadãos que esperam sua vez para fazer o registro da sua propriedade. Presenciar essa cena é, para nós, assumir que nem toda experiência espacial deva estar enquadrada pelos parâmetros de uma lógica maior (DELEUZE, GUATTARI, 2015). Avançaremos sobre esta questão mais adiante. Por enquanto, nós compartilhamos com objetivos dos editores da Revista Pixo no sentido de reconhecer o valor dessas experiências que num primeiro momento fazem parte de uma experiência individual, mas que apontam para uma questão que pertence a todos: o habitar *a e na* cidade.

A reflexão posta aqui faz parte de um conjunto de questões que alimentam o cotidiano do Grupo de Pesquisa CNPq “POIESE laboratório de política e estética” e Grupo Margem_Laboratório de narrativas urbanas que estão vinculados ao programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É justamente pelo viés da sensibilidade e pelo reconhecimento das diferenças e dos conflitos presentes e constitutivos da vida nas cidades que nosso pensamento se trama, não separando política da estética.

Contexto

A conjuntura sociopolítica atual nos exige explorar modos de entender a cidade que estejam abertos aos conflitos ético-políticos da realidade urbana e que incluam a existência do outro. Para pensá-la em seus processos constitutivos é necessário assumir seus aspectos narrativos como um emaranhado de histórias e existências, mesmo que, para isso, tomemos a leitura do cotidiano a partir de uma experiência individual. Se a forma urbana nos apresenta algumas existências em detrimento de outras, significa que as cidades obedecem a um tipo de configuração de contornos excludentes (REYES; CARON; CIDADE; 2020); e pensar cidades na contemporaneidade requer o reconhecimento dessas questões como pressupostos que orientam o pensamento sobre o urbano e sua complexidade (CARON et al., 2020).

As cidades são reflexos dos valores dominantes que temos enquanto sociedade. Elas nos apresentam a possibilidade de visualização de uma estrutura econômica que tem como norma a produção material, entendida como a única possibilidade de prosperidade e onde os corpos que divergem dessa norma são consumidos pela mesma. Um consumo na forma de normalização e sujeição através de processos de racialização, sexualização, comercialização, exclusão, invisibilização e estigmatização (CARON et al., 2020). O estigma é uma situação atribuída a um sujeito a partir de algo vinculado à sua identidade que potencialmente o desqualifica e o impede de ser aceito de maneira plena pela sociedade. Estes sujeitos muitas vezes acabam excluídos da



Figura 1 - Fotografia do 2º Registro de imóveis de Pelotas. Fonte: Foto do autor./

cidade normatizada, na perspectiva de criar vínculos com outros sujeitos em situações similares, de maneira que possam coletivamente moldar suas “desvantagens” em uma base de organização para a vida (RAMOS, 2015, p.176).

Estes grupos menos reconhecidos são marginais às hierarquias sociais, considerados mais vulneráveis e acabam constituindo, na realidade, a maioria da população urbana: corpos de diferentes gêneros, sexualidades, raças, culturas, idades. Uma maioria numérica empobrecida à margem dos planos e projetos de cidade e que são enquadrados pelo planejamento em posição de subalternidade. São corpos desterritorializados, desconstituídos de direitos, invisibilizados e que são tratados pelo modelo de planejamento neoliberal como “massa de sobranes”. Nesse sentido, para as lentes planificadoras, normativas e dominantes que organizam o espaço em um paradigma político e econômico homogeneizador, estes corpos, suas práticas e territórios que transbordam a regulamentação, são constantemente, vigiados, violentados e removidos pelas políticas e práticas de planejamento urbano (JUNIOR, 2020). Mas, quando optamos por outras perspectivas possíveis para a realidade urbana, colocamos em questão essa naturalização de cidade excludente, e do planejamento urbano como uma ferramenta de exclusão e extermínio para a vantagem econômica de parte da sociedade (CARON et al., 2020).

Essa cidade marginal foi historicamente perseguida pelo planejamento urbano através de intervenções promovidas pelo Estado com o objetivo de higienizar e moralizar as áreas urbanas estigmatizadas. Estas intervenções são pautadas por discriminações de classe, gênero, sexualidade, etnia e raça, sob a justificativa de controle social, que obedece a lógica da modernidade pautada pelo capital (RAMOS, 2015, p.176). Desta maneira, a cidade se constitui palco para as violências contra as minorias sociais e mitigação das subjetividades, onde a sustentação do discurso hegemônico apresenta

como resultado imediato a invisibilidade e exclusão (JÚNIOR, 2017). Assim, abordar o urbano a partir do reconhecimento da existência dessas coletividades marginalizadas, é dar visibilidade para processos de subjetivação pautados na multiplicidade de olhares e vozes que fundamentam as histórias e narrativas da cidade.

A cena

A partir de uma cena urbana registrada no centro de Pelotas-RS no ano de 2021, este artigo olha para as tangências entre a inclusão e a exclusão, buscando aproximar as problemáticas urbanas à experiência do corpo na cidade, ao abordar a dimensão estética, ética e política envolvida no fazer urbano. As imagens desta cena foram capturadas numa deriva enquanto prática de reconhecimento sensível da cidade.

O encontro com a cena em questão ocorreu completamente por acaso, a partir da leitura do livro de Ester Gutierrez (1999) “Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)”. Nesta narrativa histórica, a cada novo projeto algo se apaga na existência da cidade e as substituições vêm carregadas de novos simbolismos, em geral, como expressão de uma modernidade que ganha relevo pelos processos de embelezamento. Ler sobre a história da cidade produziu um desejo de sair pelas ruas procurando vestígios desse tempo remoto. Mas no meio do percurso uma cena inusitada interrompeu as inquietações iniciais que motivaram o deslocamento. Um morador em situação de rua pusera sua cama em frente ao registro de imóveis, ficando próxima à fila que se formava para entrar no estabelecimento. É como se de alguma forma, ele se inscrevesse para registrar seu espaço na cidade. Neste momento, o olhar histórico sobre o processo de formação da cidade era interrompido por uma vontade de olhar as práticas cotidianas, por querer ver o estranhamente familiar, assim como Michel de Certeau (1996, p.175), observa os “procedimentos teimosos que escapam à disciplina”.

Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície... a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência ‘antropológica’, poética e mítica do espaço) ... Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se no texto claro da cidade planejada e visível (CERTEAU, 1996, p.172).

Em uma breve descrição dos elementos que compõem a imagem, (figura 1) é possível destacar ao fundo um Cartório de Registro de Imóveis, uma fila de pessoas (que aguardavam na calçada para entrar no estabelecimento), um parquímetro urbano (do sistema de estacionamento rotativo do centro de Pelotas), uma faixa de pedestres e uma cama de casal. A fotografia não é nada mais que um registro de uma cena comum no cotidiano das cidades brasileiras, na qual somos interpelados por questões da desigualdade social e do direito à cidade que aparecem como imagens já gastas no imaginário urbano. Mas ao furar a representação que se elabora deste espaço urbano em seu cotidiano, nos propomos a adotar uma leitura menos direta, com o objetivo de que outros sentidos que não estão no visível da fotografia apareçam.

Ao retratar esta situação comum e dar atenção à dimensão estético-política, se faz algo análogo às obras artísticas do realismo. No realismo francês, os artistas registravam um momento qualquer da cena cotidiana e, com isto, criavam ficção contra a própria ficção, onde qualquer um poderia contar uma história (registrar sua vida) e, assim, deixar de registrar apenas os grandes momentos e grandes fatos históricos (RANCIÈRE, 2019). Quais outras histórias podem ser contadas por um olhar para estes pequenos momentos? Seria como se estes pequenos momentos evidenciassem uma

disputa para se inscrever na narrativa histórica. Na cena descrita acima, o morador em situação de rua não teria voz para discutir a desigualdade perante os outros sujeitos na fila. Mas, mesmo que de forma inconsciente ao deslocar sua cama para aquela fila, provocou sua inclusão na cena, criando nela uma fissura. Algo é pautado por sua presença: uma existência não disciplinada pela cidade normatizada.

A cama de casal, enquanto símbolo do morar, inscreve uma habitação e nos fala da falta de um direito básico. A inclusão desse sujeito na cena aparece como um ruído de uma narrativa à margem, que não tem o direito de fazer, ser e dizer. O movimento de passar a existir não é uma negociação, é uma inclusão violenta, segundo o pensamento de Rancière (2018), uma rasgadura que opera como dano na percepção do cotidiano e que se instaura como um ato político. É desse modo que a cena se inscreve, como uma reivindicação por um direito à existência de um sujeito que está à margem. Naquele momento, o morador em situação de rua, sem solicitar a permissão para ninguém, montou naquela calçada uma cena fora de lugar, iniciando um processo de subjetivação no qual passou a ser evidenciado. Conseguiu de outra forma romper a fronteira entre o excluído e o incluído, pois “a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundos” (RANCIÈRE, 2018, p. 54).

A manifestação atrapalhou o fluxo da rua para ser percebida, ocupando a cidade de modo discordante. Ela incomodou o olhar por levar para o espaço público entulhos formados por cama, cobertores e garrafas que transmitem para além da precariedade a falta de um lugar de proteção e de uma experiência íntima e privada. Uma perturbação do campo simbólico que provocou uma estranheza capaz de mudar as formas como se dão as determinações dos modos de sentir e existir no espaço urbano. Diante da cena ocorreu a estranheza do olhar, o saber ver foi desafiado e tomado pelo que via (DIDI-HUBERMAN, 2010). Aquilo que não cabe na lógica da produção da cidade tradicional, fica do lado de fora, e neste caso, incomodamente de forma silenciosa parada diante dos olhares. A desigualdade e a exclusão de uma parte da sociedade ficaram visíveis quase como numa performance da vida cotidiana registrada na imagem.

Olhando na fotografia não se encontra um corpo físico, mas sua alteridade e dessemelhança estão presentes como um espectro, entra-se em uma *phantasia*, numa operação imaginativa em que o corpo invisível aparece em visualidade. Essa aparição faz com que a separação entre o espaço público e o privado fiquem borrados e a intimidade desvelada. Mas não só pelo simbolismo e pelos tabus envolvidos no lazer e no prazer que este objeto possui, mas pela falta de igualdade, a falta de um mínimo que permitiria um sujeito ter direito e acesso à cidade. Nesse sentido, o corpo espectral que se apresentou é um fragmento dilacerado, um resto que é dissemelhante à uma realidade que se diz homogênea, democrática e justa (DIDI-HUBERMAN, 2015).

À fantasia do corpo se soma a fantasia do pelourinho de outros tempos, a malha xadrez da cidade de Pelotas. A remoção do pelourinho fez parte dos projetos de modernização da cidade do final do século XIX que buscavam mudar sua ambiência para se aproximar mais da imagem das cidades europeias. Não existem registros desta remoção e nem vestígios das torturas ali aplicadas. É como se estivéssemos revisitando seu pelourinho no centro da praça, marcas de violência e exclusão do ser não civilizado (do selvagem, do escravo, do marginal). Como se estivéssemos escavando e encontrando vestígios da mudança das práticas do poder soberano, em que a governabilidade dos corpos operava por uma negatividade, detendo um direito de matar e punir, e passando para um poder disciplinar, que se exerce continuamente por vigilância. (FOUCAULT, 1999) Atualmente, as cenas de tortura não fazem parte da vida urbana, os cidadãos desfrutam da bela paisagem que o chafariz Fonte das Nereidas propicia. A noite quando retornam para suas propriedades, existe um movimento contínuo de moradores em situação de rua que se acomodam ao redor da praça, mas não podem dormir em seus bancos e

nem próximo ao chafariz. A vigilância da guarda municipal fica encarregada de manter a ordem e segurança do patrimônio público.

Mesmo no cenário trágico da pandemia da COVID 19, a cidade, conhecida como “a Princesa do Sul”, continuou suas dinâmicas de crescimento econômico, sua população seguiu produzindo e consumindo, sendo proprietária de seus espaços. Mas abaixo de tudo, existe o lampejo que insiste, sobrevive, resiste, são pessoas com suas camas, sacos, papelões e roupas, em diferentes pontos das cidades que instauram pequenas intimidades frente ao difícil cotidiano de quem enfrenta a fragilidade do viver nas ruas, que sobrevivem. Como na colocação de Didi-Huberman em seu livro *Imagens apesar de tudo* (2020, p.14): “qual poderá ser o significado, nestas circunstâncias, do verbo resistir? Revoltar-se?”

Performance e a política do corpo

A política e a arte são frequentemente objetos sobrepostos nas narrativas sociais e que interferem na leitura e na produção do espaço social, sendo que tal arranjo não é diferente na reprodução material do mesmo: a cidade. A produção da cidade e de suas relações, podem ser compreendidas como uma produção de seres humanos por seres humanos, onde é possível associá-la como obra de arte além de simples produto material (LEFEBVRE, 2008, p.105). Enquanto sujeitos, assim como temos necessidade de ouvir, tocar, degustar, necessitamos reunir essas percepções em uma atividade criadora, de obra, não apenas de produtos e de bens consumíveis, mas de informação e de simbolismo, sendo através dessas necessidades específicas que vive o desejo fundamental da atividade artística e do conhecimento (LEFEBVRE, 2008, p.105). O ser é definido pelos seus efeitos, pela operação de tornar-se real, de dar-se uma efetividade (PELBART, 2019), e a arte é o meio pelo qual aquele que chamamos artista, mantém-se em constante relação com a prática, construindo a sua vida como uma criação de vida, (PELBART, 2019), como uma performance.

A abordagem teórica sobre a performance se desenvolve sobre sua função política, entendendo-a enquanto instrumento de resistência ou de transformação, que se articula principalmente por grupos culturais marginais. A aplicação das teorias da performatividade à atividade política fornece instrumentos importantes para avaliar os aspectos corporais da ação e como eles afetam a estrutura e a transformação de diferentes ordens políticas. De modo que é possível observar como os significados políticos em jogo não existem apenas no discurso, mas também na própria concentração e na visibilidade dos corpos (BUTLER, 2018, p.8).

No âmbito da performance do corpo, este se expressa não apenas através da linguagem discursiva, mas também através da própria persistência do corpo na sua exposição, que se faz precisamente por meio de uma performatividade específica do mesmo, onde tanto a ação quanto o gesto significam e falam como expressão política (BUTLER, 2018, p. 92). O corpo é um lugar político, um território primário, que atua como mediador das relações sociais e culturais vivenciadas, estando não apenas ligado ao privado, ou ao ser individual, mas também integralmente ligado ao lugar, ao local, à coletividade (VARGAS, 2006). Quando corpos reivindicam um certo espaço como espaço público, o caráter corpóreo desse questionamento opera tanto na contestação de sua condição precária, como tornando essa mesma condição em sua fonte estimulante. Se exerce o direito performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto de condições econômicas, sociais e políticas (BUTLER, 2018, p.16). Desse modo que a ação plural e pública é o exercício do direito de se fazer visível e de se ter direitos, é o meio pelo

qual o espaço de aparecimento é pressuposto e constituído. (BUTLER, 2018, p.61). Nessa insistência da existência, o papel da estética possui uma dimensão política, pois é nos corpos, gestos e desejos que se encarna a política (PELBART, 2019). E se a política se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, existe, portanto, na base política, uma estética (RANCIÈRE, 2005, p.16).

A estética intervém na percepção e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade. Vinculada ao fazer artístico, ela embaralha a partilha das identidades, atividades e espaço, comprometendo-se com um regime de política de indeterminação das identidades, de deslegitimação das posições da palavra e de desregulação das partilhas de espaço e tempo. (RANCIÈRE, 2005, p.26) A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o se faz e o que se pode fazer. De maneira que os enunciados políticos ou estéticos fazem efeito no real, definem modelos de palavra, de ação e de intensidade do sensível (RANCIÈRE, 2005, p.54-60).

As noções de espaço e de cidade perpassa a performatividade dos corpos políticos na medida em que existam condições de aparecimento dos corpos e que estes tomem parte da mesma, produzindo um acontecimento capaz de criar fissuras no status normativo da cidade e produzindo um outro argumento da experiência urbana. Esses argumentos estruturam contra-narrativas capazes de fazer frente ao discurso dominante do capital, como um contraponto à paisagem dominante de uma elite financeira. Eles interrompem um regime de autorização discursiva, incorporando nos debates territoriais as narrativas constituidoras desses apagamentos e invisibilidades, criando um contraponto ao pensamento capitalista e neoliberal. Por isso, é preciso reconhecer a importância da construção do conhecimento através da experiência, da narrativa, da performatividade, da expressão artística, das corporeidades múltiplas e dos testemunhos (REYES; CARON; CIDADE; 2020).

Visibilizar as narrativas menores de corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, abre caminho para imaginar e criar novas táticas e estratégias que evidenciam e atuam contra o mecanismo necropolítico da colonialidade estruturante da urbanidade contemporânea. A cidade é o campo das subjetividades, as quais podem ser exploradas através de um conjunto de imagens que se articulam ou se rasgam por suas tensões éticas e políticas, sendo ela campo de disputa discursiva (REYES; CARON; CIDADE; 2020). E se acreditamos que todos os sujeitos merecem igual espaço de visibilidade e reconhecimento em sua diferença, presumimos que todos os sujeitos são igualmente reconhecíveis. No entanto, o campo altamente regulado da aparência não admite a todos, e para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância (BUTLER, 2018, p.39-41).

A partir de uma leitura de Kafka, Deleuze e Guattari (2015) elaboram seu pensamento sobre “escrita menor”, conceituando-a como um ato de resistência às lógicas maiores que constituem campos disciplinares. O menor é aquilo que produz ruído, uma rasura na ordem maior. O morador em situação de rua que se colocou na fila de um cartório de registro de imóveis provocou um estranhamento na lógica maior da cidade. Os moradores em situação de rua produzem um ato político justamente pela “invisibilidade” construída pelo sistema maior, justamente por não terem condição de possibilidade discursiva. A transformação do sujeito em objeto que deve se submeter a um outro maior, se daria por um processo de desvalorização da subjetividade, um tipo de assujeitamento que o desloca para uma zona liminar, selvagem, complexa. Existe entre estes sujeitos diferentes (os que estão na fila do Registro de Imóveis e os excluídos) um pacto de invisibilidade. Mas acontece um retorno do recalcado, o corpo

que exige ser visto como corpo-sujeito, um excluído-incluído. A cidade capitalista se organiza pela escrita maior, mas, nem tudo que se expressa na cidade segue a ordem do formal. (REYES, 2019).

Considerações finais

A cena urbana relatada neste ensaio foi formada por um conflito, que evidenciou um corpo estigmatizado e lhe deu visibilidade no campo político e estético através de sua existência e da permanência no meio urbano. A cena, a partir da captura e da revelação do cotidiano, nos permite pensar como estes sujeitos podem estabelecer, por suas práticas cotidianas, pequenos atos políticos que atestem sua presença e a sua condição de sujeitos portadores de direitos. Ficcionando a partir destes atos políticos nos é possível repensar os processos de escuta e partilha com o outro, assumindo outras narrativas possíveis no espaço urbano. Além disso, ao narrar esta cena refletiu-se sobre uma obstrução que interpela a lógica capitalista e convoca uma visibilidade liminar que re-existe, apesar de tudo. O que fica comprometido é a própria lógica que impera no planejamento e ordenação das cidades - sua eficiência, sua capacidade de ser justa, humana e democrática - e não apenas dois metros de calçada.

A reflexão proposta neste ensaio a partir da narratividade, apresenta o desafio provocado pela necessidade de reconhecer a diferença, o dissenso constituinte dos espaços e tempos vivenciados pelas pessoas em situação de rua nas cidades. Reconhecer esta diferença não passa por apresentar soluções ao que consideramos que esteja faltando a essas pessoas, mas sim sobre configurar uma prática que convoque um agir comum como princípio político. É sobre um mergulho no convívio com a diferença até o momento em que as decisões a serem tomadas emergem no encontro com o outro. Para isso, compreender a rua como um laboratório potente de criação é o primeiro passo para se instaurar a performance, o fazer visibilidade e o direito do corpo. É preciso escutar e relatar outras narrativas da cidade, iluminar outros olhares, outros conhecimentos que não a colonialidade do ser, do poder e do saber que estruturam o planejamento urbano hegemônico. É necessário que se crie fissuras nos estigmas e que se rasguem os projetos de cidade que apagam, regulam e objetificam corpos marginalizados, para que possamos enfim abrir espaço para pensar outras maneiras de cidade.

É possível operar pelas diferenças, pelo reconhecimento dos dissensos, pelo entendimento da realidade como um fluxo processual e pela valorização das subjetividades como geradoras da complexidade que se manifesta hoje nas cidades contemporâneas. Para tanto, é necessário que possamos encarar as problemáticas contemporâneas urbanas através de abordagens mais subjetivas da cidade, não a entendendo apenas como malha urbana, mas como obra, perpassada por noções, experiências e memórias coletivas. Mais ainda, é necessário incentivar o conhecimento do outro, dos corpos que não se encaixam nas regras e que não possuem o mesmo tipo de acesso aos diferentes tipos de capital. É preciso olhar e respeitar a emergência de suas necessidades e de suas reivindicações, pautadas por subjetivações outras, combatendo normatizações urbanas opressoras e excludentes.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, 2013.
- BUTLER, Judith. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas*. 1ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.
- CARON, Daniele. *El estudio del paisaje como clave interpretativa del territorio a través de las narrativas para la planificación urbana y territorial*. 2017. Tese (Doctorado en Urbanismo). – Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori, Escola Tècnica Superior d’Arquitectura de Barcelona, Universidad Politècnica de Catalunya.
- CARON, Daniele; et al. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *V!RUS*, São Carlos, n. 20, 2020.
- CARON, Daniele; et al. Visibilizar as Narrativas de Rua: a dimensão pública da paisagem de Porto Alegre em questão. In: *Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019. Natal: EDUFRN, 2019.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *A semelhança informe: ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. 1 reimp. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2004.
- JUNIOR, Gilson Santiago Macedo. *Direito à Cidade: Vivências e Olhares de Identidade de Gênero e Diversidade Afetiva & Sexual - Cap. Por uma Cartografia da Cidade Armário*. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. ISBN 978-85-68957-07-3. São Paulo, 2017.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- PERBART, Peter Pál. *Ensaio do Assombro – Cap. Da Performance Como Liturgia; Cartografia da Danação Urbana*. 1 ed. São Paulo, 2019.
- PERBART, Peter Pál. *O que é essa tal de Raça?* In: SANTOS, Renato Emerson (Org). *Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: O Negro na Geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Guttenberg, 2007.
- RAMOS, Diana Helene. *“Preta, Pobre e Puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga”*. Tese - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.
- RANCIÈRE, Jacques. *O momento qualquer*. In: *Idem. As margens da ficção*. Lisboa: KKYM, 2019. p. 116-126.
- RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. 1 ed. Editora 34. São Paulo, 2005.
- REYES, Paulo. Um Habitar menor. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, [S. l.], v. 26, n. 49, p. e159015, 2019. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.posfau.2019.159015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/159015>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- REYES, Paulo, CARON, Daniele, CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: *Jacques, P. B.; Pereira, M. S.; Cerasoli, J. F. Nebulosas do pensamento urbanístico. Modos de narrar. Tomo III*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- VARGAS, Virginia. *“Las miradas y estrategias políticas feministas en el nuevo milenio: una perspectiva desde América Latina”* - OSAL, Observatorio Social de América Latina, año VII, no. 20. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Argentina, 2006.